

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

O Manuscrito de João da Rosa

Edição Actualizada e Anotada

Olhão / 2008

<http://www.olhao.web.pt>
apos@olhao.web.pt

O Manuscrito de João da Rosa

Edição electrónica de Novembro de 2008, da APOS – Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão -, incluída nas actividades de comemoração dos 200 anos da revolta olhanense contra a ocupação napoleónica.

Documento originário:

- Arquivo Distrital de Faro
- Livro dos registos das ordens, privilégios, alvarás e provisões
- (PT-ADFAR-CMOLH/10)
- 1765-1854
- Manuscrito de João da Rosa (1808) fls. 196-200

Edição electrónica da APOS baseada na 2ª Edição em papel da Câmara Municipal de Olhão, revista e actualizada, datada de Julho de 2008, pelos seguintes responsáveis:

- Actualização e revisão: António Rosa Mendes, Helena Vinagre, Veralisa Brandão.
- Anotações: António Rosa Mendes

A actualização baseou-se na transcrição paleográfica realizada por Alberto Iria e publicada em *A Invasão de Junot no Algarve*, em 1941, de acordo com as seguintes regras:

- Actualização da grafia e dos sinais de acentuação.
- Pontuação actualizada
- Reformulação da estrutura frásica de forma a tornar inteligível o conteúdo do manuscrito.
- Os desdobramentos não são indicados.

UM DOCUMENTO PRECIOSO

António Rosa Mendes CEPHA - Universidade do Algarve

Não seriam muitos os olhanenses que, pelos inícios do século XIX, sabiam ler e escrever. João da Rosa - nome tipicamente plebeu - era um desses poucos, e decerto por isso o escolheram para secretário do Compromisso Marítimo, funções que desempenhava em 1808. Tinha experiência na função, que vinha há muito exercendo em mais de uma confraria: pelo menos desde 1790 na do Santíssimo Sacramento, entre 1798 e 1805 na de Nossa Senhora da Soledade. Pertencia à selecta minoria dos que por então eram capazes de, mais do que rabiscar o nome – raro o que não assinasse de cruz –, redigir umas laudas de prosa. De resto, nada mais se conhece acerca desse escrivão João da Rosa a não ser uma curta menção de Ataíde Oliveira dando-o como “casado com Ana Maria, e morador no Bairro do Pelourinho”. Como quer que seja, é positivo que com três dedos da mão pegou da pena e lavrou um relato dos “casos sucedidos” em Olhão no ano de 1808. *Lembrança* lhe chamou.

É um documento único, embora não o único documento coevo que regista esses sucessos. Para os reconstituir, a todos haverá que recorrer; porém nenhum deles apresenta, como o de João da Rosa, a sinceridade e a espontaneidade que são timbre dos depoimentos fidedignos; além do mais, a imediação resultante de provir de uma testemunha directa dos factos. E depois, nisso se singularizando dos que logo foram estampados pela imprensa, o texto de João da Rosa não se destinava à publicidade; efectivamente, ele escreveu-o no livro do Compromisso Marítimo, a folhas 196-200, entre cópias de ordens, alvarás, provisões, sentenças e outros assentos vários, para ali trasladados pela sua utilidade e porque nesse tempo não existiam no Algarve prelos. Era tão-só uma *Lembrança*, uma singela *Lembrança para ficar na memória dos valorosos marítimos deste Lugar de Olhão...*

João da Rosa lavrou assim para memória futura, no livro de registos da própria instituição, com cândida espontaneidade e numa prosa tão correntia quanto desprovida de artifícios retóricos, um vibrante e admirável relato dos acontecimentos ocorridos em Olhão no mês de Junho daquele ano. Numa sociedade em que o analfabetismo era generalizado, são raríssimos os documentos escritos de origem popular. Daí o inestimável valor do manuscrito de João da Rosa, que narra minuciosamente as peripécias desses "dias todos que estivemos alevantados contra os franceses", até que "se deitaram as tropas francesas fora deste Reino do Algarve, ficando livre desta maldita nação". Lendo hoje essa dramática *Lembrança para ficar na memória dos valorosos marítimos deste Lugar de Olhão*, resulta patente que, no Portugal aristocrático daquele tempo, foi no Lugar de Olhão, mais que em nenhum outro, que se assistiu a

uma viragem histórica: nada menos do que à afirmação do povo, enquanto tal, como protagonista do seu próprio destino. Mas porquê em Olhão?

O lugar do olhão tirou o nome de uma nascente, um grande olho de água doce que manava em plena praia, coisa de uma légua para leste de Faro e defronte da barra que dava saída da ampla laguna, ou "ria", para o mar oceano. Os dois factores - a barra à mão, a água abundante - propiciaram que uns pescadores de Faro, aí pelos inícios do século de Seiscentos, se comesçassem a assentar na *praia do olhão*, onde ergueram palhotas. Mas um terceiro factor, não menos decisivo, esteve na génese do incipiente aglomerado: para esses pescadores, atormentados pelo implacável fisco, quanto mais longe da autoridade administrativa local, melhor. Não espanta portanto que esta reagisse com sanha, pretendendo que se mandasse queimar as cabanas de Olhão. A solução drástica não vingou, e quem foi vingando foi o povoado, a partir do meado do século beneficiando da protecção da fortaleza de São Lourenço que, precária embora, vigiava a entrada da barra e dissuadia as acometidas dos corsários mouriscos.

Entretanto, a pesca do alto, a cabotagem, o contrabando - e sobremaneira o contrabando - fomentaram um surto populacional sem paralelo. Pelos finais do século XVII, inícios do XVIII, os residentes andariam pelo milhar; cerca de meio século volvido, o prior Sebastião de Sousa, na informação para as *Memórias Paroquiais*, de 1758, dá conta do excepcional crescimento: "Começou este povo a fundar-se pelos anos de 1680 com umas poucas cabanas, que então o povoavam e que não excediam a 30 e hoje se acha uma das maiores povoações do Algarve, em que se contam acima de 500 moradas de casas e mais de 300 cabanas, que cada dia se vão diminuindo e pondo-se em seu lugar casas"; noutro passo, enumera: "Tem 787 fogos com 2440 pessoas de sacramento, todas moradoras no Lugar de Olhão"; e acrescenta serem tais moradores gente "toda marítima e com o contínuo exercício de pescar".

Na segunda metade de Setecentos o incremento demográfico não abrandou, pelo que no ano de 1808 a população de Olhão orçaria pelos cinco milhares. Não muito distante de Faro, ali tão perto e a cujo termo pertencia.

O contraste era, aliás, flagrante. Contraste, desde logo, entre a cidade velha e a urbe nova. Faro, arcaica e imobilista; Olhão, pujante de vitalidade e socialmente subversiva. Porque, ao passo que em Faro uma oligarquia assente no privilégio de nascimento ou função - a "gente nobre da governança da terra" - ocupava os cargos municipais e, acolitada pelo cabido eclesiástico, exercia o seu domínio sobre uma massa popular subjugada, em Olhão nada disso existia. Aqui, ao invés, cedo se formou uma comunidade igualitária, sem distinção de estatutos e, por isso, dotada de fortíssima coesão identitária. É o que impressivamente se revela na pertinácia com que prosseguiu a conquista de uma autonomia que a levou, logo em 1695, a obter do bispo ser desanexada da freguesia de Quelfes; ainda o mencionado prior Sebastião de Sousa: "Suplicaram ao Exm.º Senhor D. Simão da Gama, bispo que era então desta diocese, para que os separasse da dita freguesia, erigindo-lhes outra de novo, e achando o dito prelado justas as causas, que para a dita separação lhe expuseram, os separou". *Separatismo*, pois. E *separatismo*

reiterado nos termos do alvará de 6 de Julho de 1765, em cuja exposição de motivos se consigna que os marítimos de Olhão "havia anos tinham suplicado licença para se separarem da Casa do Compromisso da Confraria do Corpo Santo da Cidade de Faro e erigirem com os mesmos privilégios outra na sua Paroquial Igreja de N. Senhora do Rosário, que eles construíram e mantêm à sua custa" - licença que o sobredito diploma concede: "Hei por bem fazer-lhes mercê de que possam separar-se"...

Enfim separada da de Faro, e malgrado todas as manobras dilatórias com que esta procurou impedi-lo, a nova Confraria do Compromisso Marítimo do Lugar de Olhão - espécie de associação de socorros mútuos da gente do mar - viria desempenhar um papel determinante na revolta de 1808 contra os ocupantes franceses.

Entre Fevereiro e Março de 1808, um destacamento francês a mando do general Maurin ocupou o Algarve. Em Faro se instalou Maurin, obsequiosamente acolhido pela aristocracia local, quer civil quer eclesiástica. Recepções e banquetes oferecidos pelos magnates e, da parte do bispo D. Francisco Gomes de Avelar, uma pastoral emitida a 21 de Maio exortava os diocesanos "a que vos lembreis que a nossa Santa Lei e Religião nos manda que procuremos sempre viver em paz com todos, e sujeitar-nos a quem governa com uma perfeita sujeição e obediência". Opunha-se assim a qualquer veleidade de resistência e preconizava a incondicional submissão a um intruso que se comportava como um autêntico exército de ocupação, saqueando víveres e pilhando bens. Mas não contava com o povo miúdo e com a sua capacidade de resistência. Quer dizer: com o povo de Olhão - e em Olhão só havia povo, não havia aristocracia - com este povo de marítimos que, "todos juntos", como reiteradamente diz João da Rosa, e "olhando sempre para aquela nação francesa com olhos de veneno e má vontade", se alevantaram contra o usurpador no 16 de Junho de 1808, "dia de gloriosa memória".

Em Olhão, em 1808, conjugaram-se num só dois movimentos de distinta índole: em primeiro lugar - e só possível por lá não existir, como em Faro, uma aristocracia pusilânime e apostada apenas em preservar os seus privilégios - um espontâneo e genuinamente popular levantamento contra os abusos dos invasores; e, na sequência, uma insubordinação contra as autoridades municipais de Faro, agora também acusadas de colaboracionismo com os franceses. No limite, tal conjugação traduziu-se num último acto de *separatismo*: a 6 de Julho abalava para o Brasil, onde chegaria a 22 de Setembro, o caíque "Bom Sucesso", com dezassete tripulantes, todos de Olhão; oficialmente era um correio, incumbido pela Junta Governativa do Algarve de levar à Corte a notícia da expulsão dos ocupantes; mais e antes porém do que *levar*, iam eles *buscar*, e o quê? O que trouxeram na volta: o alvará de 15 de Novembro de 1808, na letra do qual o Príncipe-Regente, reconhecido aos seus "fiéis vassallos habitadores do Lugar do Olhão no Reino do Algarve pelo patriotismo, amor e lealdade com que no dia 16 de Junho do corrente ano se deliberaram (...) sacudir o pesado e intolerável jugo Francês, com que se viam oprimidos e vexados, dando o sinal da Restauração da sua liberdade" - ordenava que de ora "em diante se denomine Vila do Olhão da Restauração e que tenha e goze de todos os privilégios, liberdades, franquezas, honras e isenções de que gozam as Vilas mais notáveis do Reino".

Esta elevação do Lugar do Olhão, que um século antes ainda não passava de um aglomerado de cabanas, à prestigiosa categoria de Vila, foi alcançada, não por qualquer majestática magnanimidade, mas a golpes de pujança, audácia e determinação pelo próprio povo olhanense, que ele, e não outrem, protagonizou todo o processo de emancipação. Por parte do poder absolutista era um reconhecimento de que o povo, até então uma massa passiva, irrompia no processo histórico como sujeito activo. Verdadeiramente, a revolta popular de Olhão em 1808, na sua dupla vertente anti-francesa e anti-aristocrática, prenunciou em Portugal a sociedade liberal que se configuraria após a Revolução de 1820.

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

O Manuscrito de João da Rosa

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

LEMBRANÇA PARA FICAR NA MEMÓRIA DOS VALOROSOS MARÍTIMOS DESTE LUGAR DE OLHÃO, DO QUE FIZERAM NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL E SEU PRINCÍPIO. CASOS SUCEDIDOS SOBRE O LEVANTAMENTO QUE ESTE POVO FEZ CONTRA A NAÇÃO FRANCESA E COMO ESTE LUGAR DE OLHÃO FOI A PRIMEIRA TERRA QUE SE LEVANTOU NO REINO DE PORTUGAL. E RECOMENDAMOS MUITO A TODOS OS NOBRES MARÍTIMOS QUE SEMPRE SEJAM MUITO LEAIS VALOROSOS VASSALOS A SUA MAJESTADE, ASSIM COMO ELES FORAM EM CASOS TAIS. QUE O ALTÍSSIMO JESUS CRISTO NOS LIVRE DE TAIS CASOS SUCEDIDOS A TODO O MUNDO, COMO SUCEDEU NO ANO DE 1808.

O nosso amado Príncipe-Regente Nosso Senhor Dom João e sua mãe a Rainha Nossa Senhora D. Maria governando este Reino¹ no melhor que podiam, tudo a beneficio dos seus vassallos, não querendo que o sangue dos seus leais vassallos fosse derramado, buscando todos os meios de estar em paz com o imperador de França Bonaparte e com seu sogro o Rei de Espanha² fazendo as vontades a todos estes com dinheiros e tudo mais que lhes era preciso, a fim de conservar este Reino em paz e sossego e não derramar o sangue dos seus vassallos; como este imperador de França Bonaparte já tinha tomado vários Reinos, uns por força de armas e outros por falsidades e falsas promessas, induziu o Rei de Espanha para meter tropas em Portugal, espanholas e francesas, dizendo-lhe que vinham auxiliar Portugal contra Inglaterra, obrigando ao nosso Príncipe declarar guerra e tapar os portos à Inglaterra³ Vendo-se o nosso Príncipe tão obrigado destes Reinos e não querendo fechar os portos e declarar guerra contra o seu fiel e leal amigo o Rei de Inglaterra, mas sendo obrigado à força, se proibiram os portos à Inglaterra⁴. Vendo o

¹ A Rainha D. Maria I subiu ao trono de Portugal em 25 de Fevereiro de 1777, sucedendo a seu pai, D. José I, que falecera no dia anterior. Em 10 de Fevereiro de 1792, o príncipe D. João (nascido em 1767) assumiu o governo do Reino, ainda sem o título de Regente, devido à doença mental da mãe. Por decreto de 15 de Julho de 1799 passou a Príncipe-Regente.

² O Rei de Espanha, Carlos IV, era pai de D. Carlota Joaquina, com quem o Príncipe D. João casara em 8 de Maio de 1785.

³ Em 21 de Novembro de 1806, Napoleão decretou o bloqueio continental contra a Grã-Bretanha, pelo qual passavam a ser considerados inimigos da França os países que não fechassem os portos à Grã-Bretanha e não cessassem com ela toda a actividade comercial.

⁴ O Príncipe-Regente D. João prometeu inicialmente encerrar os portos portugueses à navegação britânica, mas recusou-se a ordenar a prisão dos súbditos britânicos e a confiscar-lhes os bens, como lhe era exigido. Por fim, já sob a ameaça da invasão iminente, por decreto de 20 de Outubro de 1807 os portos do Reino foram mandados encerrar aos navios britânicos, mas esta medida não chegou a ser executada.

nosso Príncipe que por nenhum modo podia conservar a paz, vendo que não podia acomodar isto, determinou mandar armar as suas naus e fragatas e brigues e mais navios, e mandando buscar a esquadra portuguesa que se achava no Estreito de Gibraltar de guarda costa contra os mouros argelinos, sabendo que as tropas francesas e espanholas vinham com toda a pressa entrando em Portugal, determinou embarcar-se, mais toda a Família Real e fidalgos e mais povo que pôde, e no dia vinte e nove de Novembro largou da barra de Lisboa para o Rio de Janeiro, e logo no outro dia trinta entraram as tropas francesas e espanholas em Lisboa, Setúbal e no Porto e mais terras do Reino.⁵ Este monarca Rei de Inglaterra foi tão fiel a Portugal, não olhando que Portugal lhe fechasse os portos, ainda mandando a todas as suas armadas que não proibissem os portugueses navegarem nem os pescadores irem ao mar a pescar, antes lhes dessem todo o auxílio e os tratassem ainda mais bem que os próprios ingleses, como bem constou nestes mares de Portugal, senão ainda nos mares dos Reinos estranhos.

Entradas que foram as tropas francesas e espanholas, logo tomaram posse do Reino, repartindo o Reino ao meio, de Lisboa para o norte ser de França, de Setúbal para baixo ser de Espanha, de sorte que em Lisboa nas torres e fortalezas estava a bandeira francesa arvorada, em Setúbal a bandeira espanhola⁶. Passando alguns meses, teve o General francês com o General de Espanha ou a falsidade daquele Bonaparte introduzida contra Espanha, de sorte que se retiraram as tropas espanholas para Espanha, ficando governando todo o Reino de Portugal o General francês chamado Junot, começando mandar tropas francesas para o Algarve, em que neste Lugar de Olhão entraram as tropas francesas no dia catorze de Abril, quinta-feira santa, vindo um General francês e um Governador para a cidade de Faro⁷; tomando posse de todo o reino, dando baixa às nossas tropas de soldados e oficiais⁸, tomando-lhes a todos as armas, mandando-as logo para Lisboa, ditando vários editais com ordens, ditando vários tributos aos povos⁹ e mandando numerar todos os barcos pescadores deste Reino, e ainda as mesmas lanchinhas da murraça e da meia-água¹⁰, obrigando a este Compromisso cobrar destes miseráveis pescadores, por os deixar ir

⁵ Com efeito, em 29 de Novembro de 1807 a nau *Príncipe Real* levantou ferro do Tejo, transportando a Rainha, o Príncipe-Regente e demais membros da família real, acompanhados pela maior parte da nobreza cortesã. A 7 de Março de 1808 chegaram ao Rio de Janeiro. Antes de embarcar, D. João recomendou que não se hostilizassem os franceses e que os acolhessem com cordialidade. Nomeou também um Conselho de Regência para governar o país em seu nome e enquanto estivesse ausente no Brasil. No dia seguinte à partida, a 30 de Novembro, chegava a Lisboa o general Junot, comandante das forças invasoras francesas.

⁶ Conjuntamente com as tropas francesas, entraram em Portugal três divisões espanholas. O comandante de uma delas, D. Francisco Solano, ocupou Setúbal e diversas praças do Alentejo, como Elvas, Campo Maior e Estremoz. Ainda em Dezembro de 1807, este general espanhol ordenou a ocupação do Algarve, que se efectuou no mês seguinte, mas por pouco tempo, sendo em breve os espanhóis substituídos por franceses.

⁷ Em 23 de Fevereiro de 1808, logo após a partida das tropas espanholas, chegaram a Faro o general Maurin, comandante militar, e Mr. Goguet, administrador civil, à frente de uma comitiva de cerca de 400 homens. Em finais de Março as forças francesas foram reforçadas com mais um milhar de homens. O quartel-general dos franceses em Faro estava instalado numas casas sitas no local onde hoje se encontra o Governo Civil.

⁸ O licenciamento e desarmamento das tropas algarvias começou de imediato, nomeadamente os Regimentos de Infantaria de Lagos e de Tavira.

⁹ Sobre estes tributos veja-se o que escreve Alberto Iria em *A Invasão de Junot no Algarve*, pp. 17 e segs.

¹⁰ Estas "lanchinhas" dedicavam-se à apanha da murraça (uma alga que se colhia na maré vazia e usada para ração de cavalgadas) e da ameijoia.

ao mar a pescar, oitenta e oito mil réis cada mês para o prato do Governador francês que assistia em Faro¹¹; ainda os obrigava a levá-los a Faro, além dos mais tributos que pagavam de suas casas e vinhas e fazendas, e da dízima¹² que pagavam a Junot. Chegou a tanto a maldade desta nação que abandonando todas as igrejas, tirando-lhes todas as alfaias de prata, cruces, lâmpadas, coroas das imagens e tudo que tocava a prata, mandando logo para Lisboa fundir em dinheiro em barra e remetendo tudo para França. Chegou a tanto este Reino, que se queria ir algum barco de navego para Tânger ou Tetuão lhe havia de dar *dez* moedas de ouro, fora o que dava mais ao governador francês que estava assistindo neste Lugar de Olhão; se algum passageiro ia para fora do Algarve, lhe havia de pagar de tributo quatrocentos réis, chegando a tanto que, dos nossos soldados, fazendo dos mais moços e melhores trinta e tantos mil homens, os remeteu para França, onde chegaram até Salamanca e por lá ficaram. Vendo-se estes miseráveis marítimos, por todas as partes, por mar e por terra, com tantos tributos, em miserável estado, vendendo as suas roupas e alfaias de casa, quase dadas, quase menos pela metade, perdendo muitos dias de irem ao mar pelas encomendas que o francês lhes dava, e mais era que parecia que o Nosso Senhor e o próprio mar estava contra eles, que iam dias e dias ao mar e não matavam nada, que parecia que se tinha secado todo o mar e todo o peixe no mar, que apenas por serem muitos barcos pescadores é que matavam algum peixe e ia muito barato por causa das poucas ganhanças que havia tanto no mar como na terra, e o peixe não ter saída para o Reino e fora dele, chegando a tanto a maldade desta nação que em todo este Reino mandando derrubar abaixo as nossas armas reais, de que em várias cidades, vilas, povos e lugares fortalezas se deitaram abaixo e outras picadas e outras tapadas com painéis e outras com cal e pedra¹³. Desta sorte estava este miserável Reino e seus vassalos oprimidos. Chegou a tanto a maldade deste tirano Imperador Bonaparte que tendo toda a Espanha por sua, o que ele queria se fazia, e fingindo que queria tratar certos negócios com o Rei de Espanha e seu filho o Príncipe D. Fernando e com as mais Pessoas Reais e tratar certos negócios do Reino, nas raias de França e debaixo daquela paz como estavam com o seu leal amigo já há muitos séculos de anos, partiram da Corte de Madrid todas as Pessoas Reais, levando consigo muitos fidalgos e secretários e tudo o mais que lhe era preciso a tal Senhor. Chegados que foram às raias de França, o banquete que lhes deu foi aprisioná-los, a todas as Pessoas Reais e tudo o mais que levavam em sua companhia, e conduzindo tudo logo para França prisioneiros, onde estão tratados como umas pessoas mal-nascidas, sem honras e

¹¹ “Assistia” tem o significado de residia. Como escreve Alberto Iria na obra citada, p. 17, Maurin exigiu que as 3 comarcas algarvias Faro, Tavira e Lagos “contribuíssem para o chamado prato do governador, isto é, para o sustento da sua casa e estado, com a importante soma, para aquele tempo, de 1200\$000 réis por mês”.

¹² A dízima correspondia à décima parte de todas as mercadorias compradas ou vendidas. Sobre o peixe pescado incidiam a dízima velha e a dízima nova, pelo que os encargos ascendiam a 20%.

¹³ Na sequência do decreto de 1 de Fevereiro de 1808, que dissolveu o Conselho de Regência, declarou a anexação da nação portuguesa à França e a abolição da Casa de Bragança (“A Casa de Bragança deixou de reinar em Portugal. O Imperador Napoleão quer que este belo país seja administrado e governado completamente em seu nome pelo General em chefe do seu exército”), Junot mandou banir de todos os locais públicos as insígnias e as armas reais portuguesas. A capela que o Compromisso Marítimo de Olhão possuía na Igreja matriz ostentava essas armas reais (ainda lá estão) e tinha por orago Nossa Senhora da Conceição, declarada padroeira de Portugal pelo primeiro monarca da Casa de Bragança, D. João IV.

sem mando¹⁴. Sabendo-se em Espanha esta falsidade se levantaram, onde foi o primeiro levantamento na nobre e leal cidade de Sevilha, como bons fiéis vassallos.¹⁵

Os marítimos deste Lugar de Olhão, como bons fiéis vassallos a tão bom Senhor como tínhamos, o Príncipe-Regente D. João nosso Senhor, vendo-se em tantas misérias e necessidades como foram notórias, e principalmente este Lugar de Olhão sendo uma das terras deste Reino do Algarve que lhe foram carregados mais tributos, chegando mais que até o Governador francês que estava mandando e governando este povo obrigava este Compromisso lhe dar peixe todos os dias por deixar ir os pescadores ao mar a pescar, e não os deixava ir senão alto dia com sol e vir com sol, sendo que se alguém não viesse a horas os mandaria prender e remetê-los ao seu Bonaparte em França, e que eram falsos que iam vender peixe aos ingleses e dar todas as notícias do que se passava em terra¹⁶, e para acautelar tudo isto se lhe dava o dito peixe para não padecer ninguém; estes nobres marítimos deste Lugar de Olhão, nem com todos estes trabalhos, necessidades e misérias que passavam perderam o amor e a lealdade ao nosso amável Príncipe, pois bem conheciam que ele de nada disto era culpado e por tanto amor e lealdade que lhe tinham e a todas as Pessoas Reais e à Pátria, e o sangue português que circulava por suas veias como bons e fiéis vassallos a tão bom Senhor, olhando sempre para aquela nação francesa com olhos de veneno e má vontade, como eles diziam em Faro que a gente deste Lugar era má gente que nunca olhava para eles com olhos direitos.

Nosso Senhor Jesus Cristo, que tão altos são os seus divinos olhos de misericórdia, e como tem escolhido este Reino para tronco da cristandade, e querendo-o livrar desta nação francesa, olhando-nos com seus divinos olhos de misericórdia, caso prometido por Deus: Sucede que no dia doze de Junho de 1808, véspera do nosso Santo António português, cuja imagem temos na nossa Capela¹⁷ deste Compromisso, lhe irem armar a Capela para no seu dia treze se celebrar a sua festa, e de repente, olhando para as armas reais que estão na dita Capela, na Igreja, que se achavam já há muitos meses tapadas e pregadas com pregos com um painel de Nossa Senhora da Conceição, o escrivão deste Compromisso, João da Rosa, as destapara e as pusera a público, sem olhar a mais nada, confiado em Deus e Nossa Senhora da Conceição e no nosso Santo António.

¹⁴ Napoleão atraiu a Bayona, na fronteira franco-espanhola, o rei de Espanha Carlos IV e seu filho Fernando VII, sequestrou-os e em 8 de Maio de 1808 forçou ambos a renunciar ao trono, que passou para o irmão do próprio Napoleão, José I. No dia 2 de Maio anterior, o protesto popular contra a saída do rei de Madrid para Bayona produziu um sangrento levantamento, que foi brutalmente reprimido pelos franceses.

¹⁵ Após os trágicos acontecimentos de Madrid, nos finais de Maio e inícios de Junho de 1808 ocorreram levantamentos anti-napoleónicos. O levantamento de Sevilha teve lugar em 26 de Maio e repercutiu amplamente por toda a Andaluzia. Nos dias seguintes estalaram insurreições em Cádiz, Córdoba, Granada, Jaén e Málaga.

¹⁶ Uma esquadra britânica de dezasseis vasos de guerra pairava ao largo da costa do Algarve e os franceses temiam o seu desembarque; donde a suspeição de que os pescadores de Olhão prestassem informações ao inimigo.

¹⁷ O Compromisso Marítimo de Olhão fora criado por alvará de D. José I, de 6 de Julho de 1765. O bispo do Algarve, D. Lourenço de Santa Maria, atribuiu-lhe, por provisão de 5 de Março de 1767, uma capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Por escritura pública outorgada em 18 de Maio de 1779, o Compromisso ajustou com o mais famoso entalhador algarvio da época, mestre Manuel Francisco Xavier, um retábulo em talha para essa capela (veja-se Francisco Lameira, *A Talha no Algarve durante o Antigo Regime*, Faro, 2000, p. 285). Como já se referiu, as armas reais portuguesas encimam o retábulo. Para além da imagem do orago, estava também colocada no retábulo uma imagem em madeira de Santo António, a qual pode ser hoje apreciada na exposição comemorativa dos 200 anos da Restauração.

Vindo o dia 13, dia do nosso Santo António, vindo o povo deste Lugar à missa, vendo as armas reais destapadas, se lhe infundiu na alma e no coração aquele amor e lealdade, como bons e fiéis vassallos a tão bom Senhor. Todas as embarcações na praia em terra levantaram a bandeira portuguesa acima, sem temerem o inimigo nem a mais nada senão a sua liberdade e serem fiéis ao nosso amado Príncipe, de quem tinham recebido tantas mercês e favores. Sucede no dia dezasseis de Junho, dia de gloriosa memória de 1808, dia de Corpo de Deus¹⁸, pelas dez horas e meia do dia, tocando-se à missa do dia, estarem muitos marítimos e mais povo no adro da igreja para ouvirem a missa, e chegar José Lopes, governador da Vila Real, a quem eles já tinham chamado a si por este se ter ausentado de Vila Real para não estar sujeito ao francês, vindo assistir neste Lugar sem mando, mais a sua família¹⁹; e todos juntos, estando um edital francês que tinha mandado o General francês de Lisboa, chamado Junot, pregado à porta da Igreja e outro no pelourinho²⁰ prometendo muitas promessas e ameaças a todos os que não quisessem, e pedindo nele auxílios a nós portugueses, este José Lopes, fazendo uma fala a este povo e principalmente a nós mareantes, dizendo que já não havia homens do mar marítimos como os antigos, eles todos juntos a uma voz lhe responderam que eles eram homens como os seus antecessores e bons fiéis e leais vassallos a Sua Majestade e que por ele queriam morrer e dar até a última pinga de sangue do seu corpo, dizendo mais que os mandasse e governasse como seu chefe, que para tudo estavam prontos e mais que prontos. E logo sem mais demora, correndo cada um quem mais podia a rasgar o edital que estava pregado na porta da Igreja e o fizeram em bocadinhos e o pisaram aos pés, outros logo correndo ao pelourinho a fazer o mesmo ao outro edital, outros subindo à torre tocar o sino a rebate, e logo todos juntos a uma voz clamaram dizendo "Viva Sua Majestade, viva o Príncipe-Regente Nosso Senhor D. João de Portugal, viva toda a Família Real, viva todos os nossos governos portugueses que foram fiéis ao nosso amado Príncipe, morra toda a nação francesa", e logo se arvorou as armas do nosso Portugal, e correndo pelas ruas em altas vozes clamando "Viva o nosso amado Príncipe", o que todo o povo seguiu a mesma voz e logo todos, a quem mais prestes correndo, embarcando-se em barcos, deitando-se ao mar assim como estavam vestidos, sem olharem a mais nada, embarcando em barcos uns à Barra Grande e outros à Barra Nova²¹ a buscar as peças e algumas munições e pólvora para nos defendermos do inimigo, e os que cá ficaram era tanta alegria e prazer que havia na terra, todos pegando nas armas que havia na terra, que eram forcados, físgas, besteiros e paus, espadas velhas, espadins, paus, pedras, tanto faziam homens como mulheres, rapazes, raparigas, até o

¹⁸ Feriado religioso, portanto. O 16 de Junho de 1808 calhou a uma quinta-feira, como se tira do admirável livrinho do Dr. Francisco Fernandes Lopes, *Quer saber o dia-da-semana de qualquer data?*, Olhão, 1946.

¹⁹ O coronel José Lopes de Sousa, nascido em Lisboa em 1745, era governador da praça de Vila Real de Santo António desde 1787. Tinha uma filha, Ana Joaquina, natural de Elvas, que residia em Olhão e era casada com o capitão José Martins Pereira. Tudo indica pois que o coronel, entretanto destituído do comando da praça fronteiriça, estivesse em Olhão alojado na casa de filha e genro.

²⁰ Como concludentemente demonstrou Antero Nobre no seu livro *As justiças de Olhão* (Lisboa, 1966, pp. 63 e sgs., agora incluído na colectânea *Opúsculos Históricos sobre Olhão*, ed. Município de Olhão, 2008, pp. 41 e sgs.), "pelourinho" designava a cadeia.

²¹ Alude às fortalezas da Armona, construída em 1747, e de S. Lourenço, cuja primeira construção datava de 1654, ambas para defesa das barras principalmente contra os corsários mouriscos.

mesmo pároco da igreja e os padres, todos dizendo em altas vozes "Queremos morrer pelo nosso amado Príncipe e toda a Família Real". E todos unidos a uma voz e a uma vontade, dispostos a todos os perigos, embarcados em barcos a quem mais podia embarcar, os da Barra Grande chegando à cabana do guarda do Forte da Barra Grande, que se achava comandando o Sargento Jacinto Ramalho Ortigão, o que este oficial, como bom fiel vassalo a Sua Majestade, logo entregou a eles marítimos tudo o que lá tinha em seu poder, sem pôr a menor dúvida, que constava de duas peças de bronze, uma caixa de pólvora e mais munições, e chegando ainda mais que ele mesmo mais os seus soldados embarcaram dos barcos e nos vieram ajudar, assistindo em tudo como bons e fiéis vassalos, a socorrer este Lugar aonde assistiram em tudo; os barcos que foram à Barra Nova, que comandava o tenente José Alberto, obrando pelo contrário, não quis entregar nada, antes embolando as peças e mandando formar soldados contra eles mareantes, os quais se vieram embora sem trazerem nada. Outros barcos que foram à armada inglesa, que se achava ancorada na Figueirita²², para ver se nos mandava algum auxílio ou nos socorria com algum armamento, lhes responderam que não podiam dar isso e se tínhamos nós mantimentos para sustentar as suas tropas inglesas. Largando foram a Ayamonte, topando lá o Capitão Sebastião Martins Mestre²³, da cidade de Tavira, este sabendo o que eles lá iam buscar, e juntamente que Olhão estava levantado contra os franceses, os estimou muito e lhes deu tudo o que era preciso para darem socorro a este Lugar contra o inimigo, e por sua via alcançaram 130 espingardas, e embarcando ele mesmo no dito barco, de que era mestre Cristóvão Gomes, que tinha acabado o ano passado de ser juiz deste Compromisso, chegando todos a terra a este Lugar todos muito contentes, e principalmente este Lugar, por se achar sem armas entre meio de duas cidades inimigas que lhe não podiam valer ainda por via das muitas tropas francesas que estavam nelas²⁴. O dito governador José Lopes, mais o Capitão Sebastião Martins Mestre, entregando estas espingardas aos homens do mar e alguns da terra que assistiam neste Lugar, recebendo as ditas armas todos ficaram muito contentes e fortes, como se estivessem na melhor praça de armas das mais fortes que houvesse no mundo. Neste mesmo dia tomámos o coche da nossa Rainha, que tinha trazido o General francês que estava em Faro, trazido de Lisboa, que ia de Faro para Tavira pela estrada de cima a buscar umas francesas para Faro. Sabendo-se que três chavecos²⁵ de Tavira vinham para Faro carregados de trastes de guerra e outras coisas mais, encomendadas pelos franceses, entrando pela Barra Grande se embarcaram os marítimos deste Lugar, como bons, fiéis e valorosos portugueses, em barcos pescadores, e junto à Barra Nova tomaram todos os três chavecos e aprisionaram tudo o que eles tinham tirado ao Regimento de Lagos e ao Regimento de Tavira, onde trouxeram tudo para este mesmo Lugar, onde aprisionámos setenta e sete soldados franceses, quatro oficiais e um quartel-mestre²⁶; em terra aprisionámos três

²² La Higuierita actual Isla Cristina, perto de Ayamonte, era uma localidade pesqueira fundada após 1755.

²³ Sobre Sebastião Martins Mestre, natural de Castro Marim e capitão da 4.^a Companhia do Regimento de Milícias de Tavira, veja-se a nota biográfica dada por Alberto Iria em *A Invasão de Junot no Algarve*, pp. 286-288.

²⁴ As duas cidades "inimigas" por os franceses nelas terem fortes contingentes eram Faro e Tavira.

²⁵ Um "chaveco" era uma pequena embarcação de três mastros e velas latinas, podendo também navegar a remos.

²⁶ O aprisionamento dos três chavecos franceses ocorreu na manhã do dia 18 de Junho e não só impediu o reforço das tropas francesas de Faro como proporcionou armas e munições aos olhanenses.

correios franceses com cartas que traziam de Lisboa. Chegados que foram os chavecos a este Lugar, os prendemos a todos e principalmente sabendo-se que estes soldados e estas bagagens vinham para Faro em socorro das tropas francesas que se achavam em Faro e que tinham medo que os filhos de Olhão os fossem atacar a Faro, de sorte que juntassem em Faro, pelas estradas que vêm para Olhão, peças de artilharia. O General francês, logo que no mesmo dia soube que Olhão estava levantado, mandou ordens a Tavira e a Vila Real para virem para Faro todos juntos, para virem arrasar Olhão e passarem tudo à espada. Já a este tempo nós tudo sabíamos por via de três piquetes que lhes tínhamos apanhado com cartas que diziam isto mesmo; os valorosos marítimos e mais algumas pessoas da terra que assistiam neste Lugar de Olhão nada disto lhes metera medo nem abalo, antes lhes meteu mais ânimos, de sorte que sabendo-se neste Lugar, por piquetes que trazíamos, que tinham chegado a Moncarapacho pelo meio-dia as tropas francesas, as fomos esperar à Ponte de Quelfes, onde começámos a atirar os primeiros tiros e os fomos perseguindo em peleja entre os matos do Joinal, matando-lhes dezoito soldados franceses, fora doze feridos entrando em Faro estropiados. Vendo o General francês da sorte que Olhão estava da sua tropa maltratada, mandando um piquete a este Lugar dizendo que o seu Imperador Bonaparte nos daria muitos dobrados privilégios dos que tínhamos do nosso Rei e não pagaríamos tributos nenhuns, seríamos livres de todos os direitos, isentos de tudo, e que o seu Imperador seria nosso amigo, que nos perdoaria tudo, que seria nosso amigo, que faria tudo como nós quiséssemos, que esperava de nós este favor e que lhe mandássemos a resposta por escrito. Esta embaixada mandou ele General francês a um hortelão de uma horta de Faro, e seu irmão provedor francês a trouxe e a deu ao tal hortelão, ele ficou à Meia-Légua esperando pela nossa resposta, porque neste tempo tudo quanto vinha de Faro se aprisionava²⁷. Dada a resposta por escrito, cujo se escreveu em casa do pároco deste Lugar, o Padre António de Matos Malveiro²⁸, o qual foi muito valoroso e fiel vassalo, pois era o primeiro que se achava em tudo o que era preciso, concorrendo em tudo o que era preciso de sua casa, socorrendo os pobres e metendo muito ânimo a todos, pregando pela ruas e na Igreja, dispondo muitas vezes o venerável sacramento, em cuja resposta respondeu o povo todo junto a uma voz e resoluto que não queriam reconhecer o Bonaparte por seu Rei, senão o Príncipe Dom João de Portugal e toda a mais Família Real, e que não se queriam entregar nem queriam seus privilégios nem suas dádivas, que pelo seu Príncipe estavam prontos até à última pinga de sangue do seu corpo, se queria guerras que eles estavam prontos no campo, que viesse mais todos os franceses e todo Faro, que estavam prontos para tudo. Dada a resposta por escrito e a voz do povo, ido que foi o embaixador, mandando seu irmão o Governador francês trazendo obrigados à força da cidade de Faro o Dr. Corregedor Juiz de Fora e mais algumas pessoas particulares de Faro, vindo todos em seges e

²⁷ A desconfiança em relação a Faro era total: tudo quanto de lá vinha era aprisionado.

²⁸ O Padre António de Matos Malveiro era desde 1807 pároco da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Olhão. Os elogios que João da Rosa lhe tributa são elucidativos do papel de primeiríssima importância que desempenhou no levantamento de Olhão contra os franceses.

outros a cavalo a Torrejão de Cima²⁹, porque na embaixada que se lhe deu fora o juiz deste Compromisso e o escrivão do mesmo assinados, e mandando chamar o dito juiz do Compromisso e mais oficiais, onde fora ter com eles levando em sua companhia o eleito mais velho, António Martins Calado, e mais algumas pessoas do povo, chegados que foram à sua presença o chamou para o pé de si com muito amor e carinho, e chamando-lhe bom pai de família, que ele era seu amigo, que fizesse com o seu povo que os acomodasse, que se fizesse tudo como nós quiséssemos, que ele queria paz connosco, que se queríamos assim que pedíssemos nós os fiadores que quiséssemos e seria tudo o que nós determinássemos, se queríamos assim no outro dia à Meia-Légua viria um tabelião fazer a escritura, se não quiséssemos fazer o que ele dizia seríamos todos passados à espada e Olhão arrasado para memória das mais terras. Estando nestas práticas chegou um piquete francês de cavalo, todo suado, a toda a pressa, a dar-lhe notícia que Faro estava levantado. E logo todos se foram embora para Faro, levando consigo a tropa francesa e alguma portuguesa obrigados à força, que vinham a combater com este Lugar de Olhão; chegando à horta de Caetano Domingues lhes fizeram fogo do alto os nossos portugueses, de que fugiram todas as tropas francesas. Em Faro aprisionaram o General francês e mais alguns franceses, isto foi no dia dezanove de Junho no dito ano de 1808, pelas três horas e meia da tarde, de que se levantou Faro. Fugidas que foram as tropas francesas de Faro, passando nessa noite desviados deste Lugar, perdidos por essas fazendas com medo que tinham da gente de Olhão, não tomando estradas direitas toda a noite, deixando por cima deste Lugar, na estrada de São Bartolomeu, um obus mais uma peça, tudo encravado em muita pólvora escramalhada por essas estradas, entrando em Tavira pela manhã, cansados, estropiados do caminho e de não dormirem aquela noite, na tarde se formaram todos, onde se dizia que vinham arrasar Olhão e passar tudo à espada; formadas as tropas francesas, tomaram a Rua de São Lázaro pela estrada do Alentejo, e idos que saíram de Tavira se alevantou a cidade no dia vinte de Junho do dito ano acima.

Nestes dias todos que estivemos alevantados contra os franceses, não vinha pão nem nada de fora da terra para este Lugar nos sustentarmos a nós e mais quarenta e nove soldados pés-de-castelos³⁰ que nos ajudaram a nos defendermos, tanto fez de noite como de dia, todos nós pegados em armas das que havia sem ninguém descansar, com rebates de noite e de dia, nem se dormir. Além das muitas despesas que este Compromisso tinha já feito nas tarimbas, aquartelamentos e camas e tudo isto mais que lhe era preciso, obrigados pelo General francês a fazerem tudo isto e o mesmo foi nas mais terras deste Reino e sem este Compromisso de todo em todo ter cinco réis, por causa que neste dias todos não ia ninguém ao mar nem ainda ao rio³¹ passando todos muitas necessidades por não irem ao mar nem haver condutos para nos sustentarmos, de sorte que muita gente dias e dias não comia nada por não ter para comprar pão e

²⁹ Segundo Alberto Iria, este encontro entre as autoridades de Faro e os representantes do povo de Olhão teve lugar nas proximidades de Olhão, "à chamada Quinta do Chantre, no Torrejão de Cima" (ob. cit., p. 57).

³⁰ Um soldado pé-de-castelo era um soldado de artilharia da guarnição que se ocupava em defender uma fortaleza ou "castelo".

³¹ Ao que hoje se chama ria "Ria Formosa", designação recente, chamava-se então *rio*.

principalmente a tropa que nos ajudava, que foi necessário que os oficiais deste Compromisso, António Martins Calado e mais outros, andassem pedindo pela terra pelo amor de Deus para os sustentarmos e lhes darmos naqueles dias o seu soldo por não morrerem à fome, e com todas estas necessidades que passámos parecia que Deus Nosso Senhor nos mantinha, porque havia dias que ninguém vinha comer a casa senão à pressa, à noite, e logo marchava para o campo a pôr-se pronto tudo em geralmente, e desta se deitaram as tropas francesas fora deste Reino do Algarve, ficando livre desta maldita nação³². Idos que foram deste Reino do Algarve, foram direitos a Beja, onde houve muitos mortos na nossa gente e muitas desgraças³³, morrendo também muita gente francesa, e o mesmo fizeram em várias cidades do nosso Alentejo, muitas casas perdidas e famílias inteiras mortas; sabendo-se isto, vindo alguns oficiais nossos do Alentejo a este Algarve a pedir socorro, lhes foi socorrer o mesmo José Lopes levando gente deste Algarve e peças de Faro, os deitaram fora com ajuda das tropas espanholas que nos vieram ajudar a deitar fora, tomando o caminho as nossas tropas de Setúbal restaram, e mais terras tomadas que foram fizeram linha da banda do sul de Lisboa e saltando as tropas inglesas em terra por cima de Lisboa se deu o inglês por cima de Lisboa um combate ao francês em que lhe matou muita gente³⁴ e no dia 15 de Setembro se entregou Lisboa, do ano de mil oitocentos e oito, cujas tropas francesas os ingleses os meteram em navios e os mandaram pela barra fora³⁵, e desta sorte ficou Portugal livre dos franceses, e que depois foi o mesmo José Lopes, já feito marechal de campo, com tropas portuguesas ajudar a Espanha a se defender dos franceses.

E por tudo isto ter sucedido neste Lugar de Olhão, atestamos e fazemos certo, e o que escrevemos de fora do que sucedeu nas mais terras por cartas que recebemos e dito por pessoas de crédito e sabermos de certo tudo isto. Estes são os infortunados sucessos em que se viram este miserável Lugar de Olhão, tanto faz os homens do mar como os homens da terra que então assistiam neste Lugar de Olhão, reservando várias pessoas que fugiram nesta ocasião do combate e nos largaram neste conflito e se ausentaram para fora deste povo, o que presenciámos de vista e sabemos de certo como oficiais que então servíamos neste Real Compromisso, declarados: juiz, José Martins Micano; eleito mais velho, António Martins Calado; recebedor, Lourenço da Costa; escrivão, João da Rosa; procurador, Francisco da Rocha; eleito mais moço, José dos Santos; mordomo, Fernando da Silva. De que fiz declaração como escrivão deste Real Compromisso

³² Os franceses ainda assediaram Castro Marim, mas foram repelidos e retiraram para a serra em 23 de Junho, após o que passaram a Mértola.

³³ De Mértola seguiram as tropas francesas para Beja, que saquearam violentamente a 27 de Junho. Muitos habitantes (cerca de 1200) da cidade alentejana foram passados a fio de espada e as suas casas entregues à pilhagem e incendiadas.

³⁴ Nos primeiros dias do mês de Agosto, um corpo expedicionário inglês (13 500 soldados) comandado pelo general Arthur Wellesley, futuro duque de Wellington, desembarcou em Lavos, na margem sul da foz do Mondego. O exército inglês derrotou o francês, comandado por Junot, em 17 de Agosto na Roliça e em 21 de Agosto no Vimeiro, após o que Junot se rendeu. Em 30 de Agosto foi assinada a Convenção de Sintra, que pôs termo à primeira invasão francesa.

³⁵ Pela Convenção de Sintra, o governo inglês forneceu meios de transporte marítimo para as tropas francesas retirarem de Portugal. Os franceses embarcaram no Cais do Sodré, no dia 15 de Setembro de 1808, levando consigo um acervo imenso de valiosas peças do património artístico português.



ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

para todo o tempo constar o sucedido. JOÃO DA ROSA

APOS

ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL E AMBIENTAL DE OLHÃO

<http://www.olhao.web.pt>

Olhão, 2008